



Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar
de Educação e Ciência
da Assembleia da República
Palácio de São Bento
Lisboa

V/Ref.:

ME/039/2018

16/02/2018

Pedido de Audição

Assunto:

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais vem solicitar uma audição à Comissão Parlamentar da Educação e Ciência, com o objetivo de informar a mesma sobre a situação que se vive nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas da Rede Pública de Ensino, bem como da ausência de diálogo do Governo e do Ministério da Educação (ME) que optou por não dialogar com esta Federação, no sentido de serem encontradas soluções para os problemas existentes, apesar de sucessivos pedidos de reunião ao Ministro da Educação e à Secretária de Estado Adjunta e da Educação.

São vários os problemas que não estão a ter a resposta adequada por parte do Ministério da Educação, a começar na dramática falta de pessoal e no uso e abuso da utilização da precariedade para suprir necessidades permanentes dos agrupamentos e escolas não agrupadas.

A falta crónica de Trabalhadores Não Docente (TnD) de todas as carreiras e categorias que tem passado de governo para governo, embora todos prometam que concretizarão políticas de recursos humanos para este grupo de pessoal que garanta a qualidade do serviço público prestado pela Rede Pública de Ensino. Esta situação é mais sentida nos assistentes operacionais e nos assistentes técnicos porque são eles que asseguram o funcionamento dos estabelecimentos mas também noutras carreiras nomeadamente de técnicos especializados.

Também, de governo para governo, tem subsistido o recurso às abusivas situações de precariedade nos estabelecimentos de educação e ensino da Rede Pública e nem o Programa de Regularização dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) parece contribuir para a resolução deste problema, já que simultaneamente o Ministério da Educação continua a recorrer à contratação precária de trabalhadores para o desempenho de funções de carácter permanente.

Outra questão que se reverte da maior importância para os trabalhadores não docentes e que continua a não ter resposta também por parte deste Governo, prende-se com a recuperação das suas carreiras especiais como forma de pôr fim à situação de polivalência inaceitável que foi imposta pelo PRACE e que desvalorizou as funções destes trabalhadores e conseqüentemente pôs em causa a segurança e o apoio devidos aos alunos em vários planos, nomeadamente os alunos com necessidades especiais e as aulas em laboratório.

Não queremos deixar de assinalar e de nos congratularmos com as Resoluções da Assembleia da República, n.º 36/2018 que (Recomenda ao Governo que proceda, com urgência, à avaliação



Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

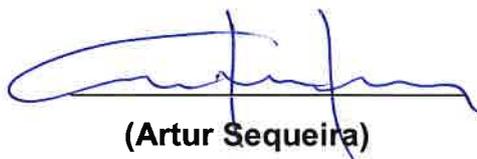
das consequências do processo de fusão das carreiras da Administração Pública nas escolas) e o 37/2018 que (Recomenda ao Governo que valorize e dignifique os técnicos especializados das escolas públicas, promovendo a sua contratação efectiva e combatendo a respectiva precariedade).

Do conjunto de problemas com que estão confrontados os trabalhadores não docentes, salientamos finalmente o relativo ao processo de municipalização dos estabelecimentos de educação e ensino da Rede Pública que o Governo pretende concretizar e que no seu âmbito prevê a continuação inaceitável da transferência, iniciada nos dois processos de municipalização anteriores respectivamente dos Governos PS e PSD/CDS, do PnD para os quadros dos municípios de forma administrativa, para os mapas de pessoal.

Consideramos que não pode haver uma descentralização sem que seja levado a cabo um processo de regionalização. Aquilo a que estamos a assistir e já foi anunciado, para desenvolver no primeiro semestre deste ano, é um processo de desresponsabilização do Poder Central das suas obrigações relativamente à Escola Pública, pondo o seu futuro em causa, bem como direitos fundamentais dos trabalhadores não docentes.

Esperando de V^a.Ex^a. o melhor acolhimento para o pedido formulado, subscrevemo-nos com os nossos cumprimentos.

A Direcção Nacional
da FNSTFPS



(Artur Sequeira)